

Uma invasão na mira de Roriz

Governador vai revogar decreto de Cristovam que aprovou projeto urbanístico na área. Famílias serão removidas para outro lugar

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Recomeça a guerra contra a fixação do acampamento da Telebrasília, onde moram 350 famílias, há 41 anos. O governador Joaquim Roriz (PMDB) vai revogar o decreto 19.807 que aprova o projeto urbanístico da área. A medida, que foi assinada por Cristovam Buarque (PT), um mês antes do término de seu mandato, será anulada de forma simples. Roriz vai assinar outro decreto cancelando o anterior.

"Foi um ato irresponsável terem baixado essa medida. Gerou uma expectativa que vai contra a lei de tombamento de Brasília", destacou a secretária de Habitação, Ivellise Longhi. Ela foi firme ao afirmar que todas as famílias serão retiradas. "É uma questão moral para esse governo. Se for preciso, vamos derrubar as casas de alvenaria", adiantou.

Ela garante que serão oferecidas outras áreas para a remoção das famílias. "O primeiro passo será o diálogo", amenizou. Segundo a secretária, o decreto de Cristovam é ilegal porque fere a legislação federal. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por diversas vezes manifestou-se contra a fixação, porque desrespeitava o tombamento de Brasília.

Segundo o Iphan, o projeto original de Brasília não prevê que a área ocupada pelo acampamento, localizada entre às margens da Avenida das Nações e do Lago Paranoá, fosse utilizada para habitação. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente também já entrou com várias ações para impedir a fixação das famílias. As obras realizadas na área chegaram até a ser embargadas pela Justiça.

A batalha de decretos é apenas mais um episódio de uma guerra política que já dura 10 anos. O PT de Cristovam sempre defendeu o assentamento definitivo das famílias. E, na gestão anterior, Roriz sempre foi contra. A primeira vitória das famílias do acampamento foi a aprovação da Lei 161, de 4 de setembro de 1991. O projeto de autoria do então deputado distrital Eurípedes Camargo (PT) foi vetado pelo governador da época, Joaquim Roriz. Mas o veto foi derrubado em votação na Câmara Legislativa.

Ainda durante o governo Roriz (1988 a 1994), ocorreram várias tentativas de remover os moradores do acampamento. Mas, apoiados por lideranças petistas, sempre resistiram. "Nossa luta começou há 40 anos. Há 18 fundamos a associação e conseguimos resistir às tentativas de nos tirarem daqui", lembra a comerciante Maria Rosineide de Souza, 42 anos, que é membro da Associação de Moradores do Acampamento da Telebrasília.

Ela parece não ter medo da decisão de Roriz. Lembra bem das batalhas contra tratores e contra as liminares que autorizavam o governo a removê-los. "Nunca conseguiram nos tirar daqui e não será agora isso que vai acontecer", diz Rosineide.

Cristovam, ao iniciar seu mandato, assumiu o compromisso de fixar o acampamento, que depois do decreto ganhou status de vila. Foram iniciadas todas as obras de infra-estrutura. "Como a Vila Planalto e a Cidade Metropolitana, a Vila Telebrasília é uma área consagrada pelo uso popular. Não é uma área pública invadida. As pessoas foram colocadas ali pelo governo", defende o ex-presidente do Instituto de Pla-

Jefferson Rudy 3.2.98



O acampamento da Telebrasília, que existe há 41 anos, foi defendido pelo governo Cristovam e agora está ameaçado

nejamento Territorial e Urbano Benny Shwarzberg que participou da elaboração do projeto urbanístico do acampamento.

A área, onde vivem muitos pioneiros, hoje quase não lembra um acampamento. Os barracos simples de madeira já deram lugar a casas de alvenaria. O assentamento surgiu

em 1963, quando os servidores do Departamento Telefônico Urbano e Interurbano (DTUI) passaram a ocupar o local adquirido da Construtora Camargo Corrêa que, desde 1956, mantinha o acampamento de seus trabalhadores ali.

Não há avaliação exata do valor dos terrenos ali que terão até 300

metros quadrados. Mas não resta dúvida da valorização da área. Um terreno no Setor de Clubes Sul, de 19,9 mil m², próximo ao Centro de Formação do Banco do Brasil na licitação de junho deste ano, tinha o valor mínimo de R\$ 365,2 mil. Um outro com 13,42 mil m² foi avaliado em R\$ 185 mil.